

OPERAÇÕES NAVAIS NO SÉCULO XXI: Tarefas Básicas do Poder Naval para a proteção da Amazônia Azul¹

(Parte 1)

RENATO RANGEL FERREIRA*
Capitão de Mar e Guerra (FN)

SUMÁRIO

Parte 1

Introdução

A origem das Tarefas Básicas do Poder Naval

Origem do conceito de Tarefas Básicas

A Primeira Doutrina Básica da Marinha

A evolução das Tarefas Básicas do Poder Naval

Outras abordagens para as Tarefas Básicas do Poder Naval

Marinha do Brasil

Marinha dos Estados Unidos da América

Real Marinha Britânica

Outras Marinhas

Parte 2

(a ser publicada na próxima edição)

A Amazônia Azul

O Poder Naval – perspectivas

A proteção da Amazônia Azul – perspectivas

Conclusão

¹ Este artigo, adaptado da monografia de conclusão do Curso de Política e Estratégia Marítimas (2011) da Escola de Guerra Naval, será apresentado em duas partes. Esta primeira abordará os itens sobre a origem e a evolução das Tarefas Básicas do Poder Naval.

* O autor recebeu a menção especial “Distinção” e o Prêmio EGN ao final do C-PEM/2011, atualmente é o Imediato do Comando do Desenvolvimento Doutrinário do Corpo de Fuzileiros Navais.

INTRODUÇÃO

O mar sempre teve grande importância para o desenvolvimento do ser humano. Levando e trazendo riquezas, culturas e guerras. Unindo e afastando povos. Ao longo da história, o mar desempenhou um papel vital como fonte de recursos e meio para o transporte e para o exercício do poder entre as sociedades.

No século passado, o impacto do desenvolvimento tecnológico sobre os meios que atuam no mar acentuou ainda mais a capacidade que os Poderes Naval e Marítimo dos Estados têm de influenciar eventos de seu interesse. Nesse período, não por acaso, foram redefinidos os modos de atuação e de emprego das Marinhas, ao passo em que se intensificava o intercâmbio entre os países.

Neste século XXI, a globalização, particularmente sob o aspecto comercial, cujo alcance mundial é possibilitado por via marítima e facilitado

pelas novas tecnologias da comunicação e do transporte, tornará ainda mais relevante a influência do mar. O planejamento para o desenho das Marinhas e das operações navais futuras terá que lidar com esta realidade: o mundo globalizado estará muito mais dependente do comércio marítimo. A segurança marítima internacional e as operações navais passarão a ter, portanto, um peso específico maior do que aquele que outrora tiveram (TILL, 2009).

Da mesma forma como se observa sua influência em perspectiva global, o mar exerce também um papel central para o Brasil. Foi o mar que trouxe o reino português, e a sabedoria do “velho mundo”, para os nossos trópicos. Contribuiu para a garantia

e a consolidação da unidade e integridade nacional após a independência. Possibilitou a imigração de povos que conformaram a identidade da nossa população. Vivificou nosso comércio exterior. E, hoje, despon-ta como uma enorme fonte de recursos energéticos, o que pode estimular a cobiça internacional.

Esta importância estratégica das Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB) foi destacada em 2004 pelo Almirante de Esquadra Roberto de Guimarães Carvalho, então comandante da Marinha, em seu artigo intitulado “Amazônia Azul”. Nele, foram ressaltadas as enormes dimensões, riquezas e vulnerabilidades das AJB. O artigo inicia com um alerta emblemático: “Toda riqueza acaba por se tornar objeto de cobiça, impondo ao detentor o ônus da proteção” (GUIMARÃES CARVALHO, 2004).

Outro grande mérito desse artigo foi o de ter cunhado a feliz expressão “Amazônia Azul”, um nome carregado de simbolismo que traça um paralelo entre as demandas estratégicas

da região amazônica e as das águas azuis de nossas AJB. O Almirante Guimarães Carvalho, ao publicar seu artigo, estava, ao mesmo tempo, traçando o rumo e descortinando o futuro da Marinha do Brasil (MB) para o século XXI. A Amazônia Azul passou a ser, desde então, a linha mestra da evolução do pensamento estratégico na Marinha.

Ao longo de sua história, a MB teve três fases acentuadamente distintas. A primeira fase, a da maritimidade, iniciada com a independência do Brasil e concluída com a chegada da esquadra de 1910, caracterizava-se pela hegemonia política da Marinha. A segunda fase se estendeu até a denúncia do Acordo Militar Brasil-Estados Unidos,

O Almirante Guimarães Carvalho estava traçando o rumo e descortinando o futuro da Marinha do Brasil para o século XXI

em 1977, sendo marcada pela grande proeminência desse país e pela influência dos requisitos da guerra antissubmarino sobre a doutrina, o adestramento e o reaparelhamento da Marinha. A terceira fase caracteriza-se pela procura de autonomia no campo estratégico (VIDIGAL, 2002).

Apesar do rompimento formal do acordo e da tomada de consciência acerca da necessidade de construção de uma Marinha que atendesse a demandas estratégicas autóctones, uma mudança de postura e de mentalidade desta envergadura não ocorre da noite para o dia. É neste contexto que se insere a relevância do debate sobre a Amazônia Azul. Se a prioridade deixara de ser a guerra antissubmarino, qual seria o novo rumo? O artigo do Almirante Guimarães Carvalho veio responder à questão. Desde então, e pelo século XXI adentro, o imperativo estratégico da MB passou a ser o de proteger as AJB.

Essa postura foi confirmada pela Estratégia Nacional de Defesa (END), que data de 2008, e que redefiniu prioridades para a Defesa Nacional, enfatizando a importância do Atlântico Sul. A END faz menção às Tarefas Básicas do Poder Naval (TBPN) que, por sua vez, são estabelecidas na Doutrina Básica da Marinha (DBM). Este documento foi revisado, pela última vez, em 2004, sendo, portanto, anterior às orientações emanadas da END.

A definição das capacidades das Marinhas, traduzidas em TBPN, foi uma ideia concebida pelo Almirante Stansfield Turner, da Marinha norte-americana (USN), com o propósito de forçar a reflexão em termos daquilo que deve ser produzido pelas Ma-

rinhas, o seu *output*². Em seu famoso artigo datado de 1974, e intitulado “Missions of the U.S. Navy” (TURNER, 1974), o almirante explica a razão desta opção:

Ao se medir o valor do *output* em termos de objetivos nacionais, o país pode racionalmente decidir como ele deve alocar seus recursos para a Marinha. Categorias de *input*, como recursos humanos, navios, aeronaves e adestramento, são de pouca ajuda para tentar determinar por que precisamos de uma Marinha ou, caso precisemos, qual deveria ser seu tamanho e o que ela deve estar preparada para fazer (TURNER, 1974, p. 2, tradução nossa).

Assim, as TBPN foram concebidas para evoluir de acordo com o emprego planejado para uma determinada Marinha. Nas palavras do próprio Almirante Turner, no mesmo artigo: “As Marinhas não tiveram sempre cada uma dessas tarefas [as TBPN] e nem é provável que esta lista de tarefas seja definitiva” (TURNER, 1974, p. 3, tradução nossa).

Os conceitos constantes da DBM, particularmente as TBPN, são anteriores ao surgimento do conceito de Amazônia Azul e de toda sua conseqüente demanda estratégica. Como se pôde perceber nas palavras do Almirante Turner, novas demandas estratégicas alteram as capacidades requeridas e, conseqüentemente, novas TBPN podem ser necessárias.

Nesse contexto, a presente pesquisa tem o propósito de verificar a adequabilidade das atuais TBPN para a proteção³ da Amazônia Azul no século XXI e, se for o caso, sugerir a atualização destas TBPN.

2 Neste trabalho, a palavra *output* será sempre empregada para fazer referência ao sentido adotado pelo Almirante Turner, neste contexto, como sendo os efeitos ou ações produzidas pelas Marinhas.

3 Segundo o Glossário das Forças Armadas, a proteção “envolve a reação contra qualquer ataque ou agressão real ou iminente, ou o ataque direto aos meios que possam representar ameaça, ainda que não iminente. Portanto, a tarefa de proteger confere ao comandante [...] a possibilidade de realizar ações ofensivas ou defensivas, ao passo que a tarefa de defender lhe permitiria realizar tão somente ações de natureza defensiva” (BRASIL, 2007b).

Para tanto, serão definidos, logo de início, os conceitos básicos necessários às análises realizadas, investigadas a origem das TBPN e as circunstâncias estratégicas que embasavam o emprego do Poder Naval (PN) na época. A seguir, será efetuada uma comparação entre as atuais TBPN da MB e as de importantes Marinhas do mundo, identificando seus pontos comuns e divergentes e verificando as suas adequabilidades para a realidade nacional. Uma etapa importante na construção deste trabalho será a análise da evolução da mentalidade marítima brasileira que culminou com a formulação do conceito de Amazônia Azul, possibilitando, assim, a descrição de aspectos atinentes às demandas estratégicas para a sua proteção. Será procedida, então, a análise das tendências futuras para o emprego do PN, sempre sob a perspectiva da MB.

Por fim, de posse dos elementos coletados, será verificado se o conjunto das atuais TBPN possibilita a adequada proteção das AJB e serão formuladas recomendações que possibilitem o seu aprimoramento. Desta forma, o presente trabalho deverá contribuir para o aperfeiçoamento do PN brasileiro e, conseqüentemente, para o fortalecimento da defesa dos interesses nacionais na Amazônia Azul.

A ORIGEM DAS TAREFAS BÁSICAS DO PODER NAVAL

Origem do conceito de Tarefas Básicas

A distensão na Guerra Fria e a proximidade do fim da Guerra do Vietnã estimularam o ressurgimento do pensamento estratégico na

USN e possibilitaram a retomada de planejamentos que contemplassem novas formas de emprego do PN. No novo cenário estratégico que se prenunciava, a ênfase na deterrência estratégica deveria diminuir, tendo em vista os acordos em andamento entre os EUA e a União Soviética sobre a limitação de uso de armas estratégicas⁴. O número de crises regionais tendia a aumentar a demanda pelo emprego de forças navais em conflitos de menor envergadura.

Uma pessoa de destaque neste processo de ressurgimento foi o Almirante Elmo Zumwalt, que exerceu a função de chefe de Operações Navais no período de 1970 a 1974. Zumwalt enfrentou alguns grandes desafios: reduzir o número de navios das esquadras devido a restrições orçamentárias, substituir os navios incorporados durante a Segunda Guerra Mundial e continuar a fazer frente a uma Marinha soviética cada vez mais forte e oceânica⁵. As linhas mestras para esta reestruturação estavam contidas em seu programa de trabalho, Project Sixty (HATTENDORF, 2004; 2007).

O Project Sixty visava balancear a distribuição dos meios de superfície, submarinos e aeronavais, projetando um PN que pudesse fazer frente às novas demandas estratégicas, a despeito de eventuais reduções de efetivos e de meios. Os anos de Guerra Fria tinham criado nichos, onde preponderava o emprego isolado de aeronaves e submarinos que, em última análise, materializavam a deterrência nuclear. O projeto retomava, então, a relevância das ações de superfície e enfatizava a necessidade de complementaridade no emprego dos diferentes meios navais (SWARTZ, DUGGAN, 2009).

4 Como exemplo, pode-se citar o Tratado de Mísseis Antibalísticos, assinado em 1972 pelo presidente norte-americano, Richard Nixon, e o secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética, Leonid Brezhnev, e que permaneceu em vigor até 2002 (HATTENDORF, 2007).

5 Em 1970, a Marinha soviética, dando uma demonstração de seu alcance global, realizou o exercício Okean '70, onde 200 navios executaram manobras coordenadas e simultâneas nos Oceanos Atlântico, Pacífico e Índico e no Mar Mediterrâneo (HATTENDORF, 2007).

Por ocasião da elaboração do Project Sixty, o Almirante Zumwalt contou com o auxílio do Vice-Almirante Stansfield Turner, na época um contra-almirante recém-promovido. Em 1972, Turner foi indicado para assumir o Naval War College, recebendo a tarefa de rever todo seu currículo, para aperfeiçoar o ensino do pensamento estratégico naval. Ao final de sua direção no colégio, o Almirante Turner publicou um importante artigo – “Missions of the U.S. Navy” (TURNER, 1974) –, no qual categorizava o emprego do PN em missões (HATTENDORF, 2004).

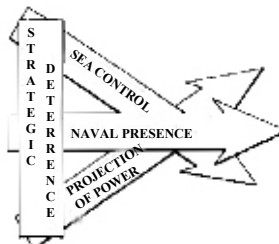
Conforme visto na introdução, a razão para essa categorização consistia na necessidade de organizar o emprego das forças navais pelos efeitos produzidos, ou seu *output*. Este procedimento visava facilitar a formulação de planejamentos estratégicos e o desenvolvimento de táticas, além de possibilitar um melhor entendimento por parte do governo das atividades realizadas pela Marinha, facilitando, desta maneira, o diálogo entre civis e militares (TURNER, 1974).

Outra razão importante era a de instruir e reforçar alguns conceitos constantes do Project Sixty. Em particular, visava consolidar duas ideias: a necessidade de se integrar o emprego dos meios navais, quebrando os nichos operacionais existentes; e reforçar a importância do emprego do PN no controle das LCM, em detrimento da ênfase exagerada no emprego de submarinos, em decorrência da deterrência estratégica. Na introdução do artigo, o almirante comenta que “um exame da história demonstrará que os militares, algumas vezes, ficam tão hipnotizados pelas armas necessárias, ou empregadas, em uma tática ou missão particular que chegam a

MISSIONS OF THE U.S. NAVY

by

Vice Admiral Stansfield Turner, U.S. Navy
President, Naval War College



INTERDEPENDENT NAVAL MISSIONS

Figura 1 – A interdependência das TBPn em sua concepção original
Fonte: TURNER, 1974, p. 2

negligenciar os novos requisitos que surgem” (TURNER, 1974, p. 3, tradução nossa). Assim, logo na primeira página do artigo, abaixo do título, o almirante estampou uma figura emblemática, representada na figura 1. Nela, podem ser visualizadas a interdependência e a superposição das missões, representadas por setas sobrepostas.

Essas missões elencadas por Turner não pretendiam ser universais, e apenas atendiam aos requisitos estratégicos da USN naquela época, devendo evoluir com o tempo. Em sua concepção original, Turner estabeleceu quatro missões: Controle de Área Marítima (CAM), Projeção de Poder sobre Terra (PPT), Presença Naval, e Deterrência Estratégica.

A expressão Controle de Área Marítima, *Sea Control* em inglês, havia sido cunhada por Turner para o Project Sixty. Ela pretendia substituir o conceito do norte-americano Alfred Thayer Mahan conhecido como Comando do Mar (*Command of the Sea*), ou Controle do Mar (*Control of the Sea*), por algo mais substantivo e que demonstrasse a limitação imposta pelo advento dos

submarinos e aviões à capacidade de que dispunham as Marinhas, no passado, de comandar/controlar todos os mares. Assim, o Controle de Área Marítima⁶ deveria ser exercido em áreas e períodos de tempo limitados (HATTENDORF, 2007; SWARTZ, DUGGAN, 2009; TURNER, 1974).

O tradicional conceito de Comando do Mar abrangia tanto a garantia do uso dos mares para fins comerciais ou militares quanto a negação de seu uso pelo inimigo. Embora o novo conceito de *Sea Control* reduzisse o espaço e o tempo do controle, ele continuou a apresentar este caráter dual, pois nele as forças navais podiam ser empregadas tanto ofensiva como defensivamente. Isto é, ele envolveria ações simultâneas, tanto as de imposição e exploração do controle do mar por uma força quanto as tentativas de negação deste controle por parte do inimigo. Neste sentido, esta missão era apropriada para a condução ou a proteção da guerra ao comércio e à defesa de costa.

Segundo Turner, a missão de CAM era um requisito essencial para as demais missões e contribuía diretamente para o atendimento dos seguintes objetivos nacionais: assegurar o abastecimento de suprimentos industriais; reforçar/ressuprir forças militares no exterior; prover a economia nos tempos de guerra e suprir militarmente os aliados; e prover segurança para as forças navais envolvidas na PPT (HATTENDORF, 2007; TURNER, 1974).

Se o CAM refinava e atualizava Mahan, a missão de Projeção de Poder sobre Terra, ao lidar com o impacto que as forças navais podiam exercer sobre a terra, vinculava-se aos preceitos do inglês Julian Stafford Corbett e consolidava todo o sucesso alcançado pelas Operações Anfíbias durante a Segunda Guerra Mundial.

As Operações Anfíbias, segundo o conceito de interdependência das missões, poderiam ser empregadas em proveito das demais missões, como para o CAM. Por meio delas, poderiam ser conquistadas áreas em terra que apoiassem o desenvolvimento da guerra no mar. Como exemplo, Turner citou a captura de Guadalcanal inviabilizando o emprego de seu aeródromo pelos japoneses, que poderiam usá-lo para interferir nas LCM entre Pearl Harbor e a Austrália.

Além das Operações Anfíbias, a missão de PPT abrangia, ainda, o bombardeio naval e a projeção aerotática. O bombardeio servia para prover apoio direto às tropas, interditar o movimento de tropas inimigas e ameaçar suas operações. A projeção servia para destruir o potencial bélico inimigo, para apoiar campanhas terrestres e dificultar as campanhas inimigas (TURNER, 1974).

A missão Presença Naval foi descrita por Turner como sendo o uso de forças navais, em missões não combativas, para conquistar dois tipos de objetivos políticos: impedir ações hostis aos interesses dos EUA e seus aliados e encorajar ações que fossem do interesse dos EUA e de seus aliados. Duas principais táticas poderiam ser empregadas: desdobramentos preventivos de força, em tempos de paz; e desdobramentos reativos de força, em resposta a crises. No atendimento a estas duas táticas, cinco tipos básicos de operação podiam ser conduzidos para ameaçar outro país: assalto anfíbio, ataque aéreo, bombardeio, bloqueio e a demonstração de força por meio de reconhecimento.

Embora pareça envolver menor grau de violência, este tipo de missão possui uma grande suscetibilidade de nível político. Assim, um ponto muito importante a ser considerado por ocasião do cumprimento da Presença Naval se refere ao tamanho, à com-

6 A expressão Controle de Área Marítima foi usada na primeira DBM (1979a) e será utilizada neste trabalho como tradução para *Sea Control*, sempre com o sentido concebido pelo Almirante Turner.

posição e ao tipo de operação a ser realizada pela força a ser empregada. Uma missão bem orquestrada pode complementar outras ações no campo da diplomacia e contribuir para que sejam obtidos importantes ganhos políticos, como, por exemplo, a dissuasão de um possível enfrentamento. Por outro lado, na hipótese contrária, uma Presença Naval mal conduzida pode provocar perdas políticas inaceitáveis (TURNER, 1974).

A missão Deterrência Estratégica desenvolveu-se amplamente durante a Guerra Fria, baseada principalmente no emprego de armas nucleares. Inicialmente, a adaptação destas armas a aeronaves embarcadas transformou os navios-aeródromos no principal vetor para ataques nucleares. Na década de 1960, o surgimento da classe *Polaris*⁷ de submarinos nucleares ampliou as possibilidades de uso de armas nucleares.

Estas missões desenhadas pelo Almirante Turner foram institucionalizadas, em março de 1975, no *Posture Statement* do Almirante James L. Holloway III, chefe de Operações Navais da USN. As missões da USN de então, com as devidas adaptações, vieram a constituir o que hoje se denomina na MB de TBPN. O tópico a seguir apresentará o resultado da pesquisa sobre as origens das atuais TBPN da MB.

A Primeira Doutrina Básica da Marinha

A década de 1970 marca para a MB o início de sua caminhada autônoma no campo da estratégia naval. Conforme visto anteriormente, a Guerra Fria entrava em fase de distensão e eclodiam conflitos regionais de menor envergadura. Na esfera interna, o País apresentava taxas elevadas de crescimento, e o governo do Presidente Geisel instituiu uma política focada na identificação de interesses

nacionais, em detrimento de conceitos relacionados à segurança coletiva do hemisfério. Essa postura culmina com a denúncia, por parte do governo brasileiro, do Acordo de Assistência Militar com os EUA, em março de 1977 (VIDIGAL, 1985).

Essa nova postura estratégica refletiu-se nos documentos de alto nível elaborados pelo Ministério da Marinha. A contribuição da MB para a segurança coletiva hemisférica baseava-se, a exemplo do ocorrido na Segunda Guerra Mundial, na proteção ao tráfego marítimo, que era operacionalizada, principalmente, por meio de operações antissubmarino. Em contrapartida, a situação política demandava a preparação para o emprego em segurança interna. Divergindo dessas duas tendências, as Políticas Básicas e Diretivas Setoriais da MB, a partir de 1975, passaram a considerar o emprego do PN em guerras limitadas e em crises políticas sem a intervenção direta das superpotências (VIDIGAL, 1985; BRASIL, 1971; 1975; 1976; 1977; 1979b).

No espírito dessa década, dois importantes formuladores da estratégia naval brasileira contemporânea, o Almirante de Esquadra Mario Cesar Flores e o Vice-Almirante Armando Amorim Ferreira Vidigal, traçaram as linhas mestras para o emprego dos meios navais da MB. Em suas formulações, buscavam retirar a ênfase das ações de proteção ao tráfego marítimo, ressaltando a importância de outras operações e ações de guerra naval:

Ora, apesar da ênfase que Mahan lhes atribuía, as comunicações marítimas nunca foram a única inspiração da estratégia naval. Além dos dois propósitos estratégicos relacionados com essas comunicações – a segurança das nossas e a interrupção das do inimigo

⁷ Classe de submarinos de propulsão nuclear, desenvolvida pela USN, que foi a primeira a incorporar a capacidade de lançar mísseis balísticos *Polaris* com ogivas nucleares (HUGHES Jr., 2000).

–, as Marinhas sempre se preocuparam também com o uso do mar como via de projeção de poder – ou seja, com o ataque ao litoral inimigo e com a defesa do seu próprio litoral.

Esses quatro grandes propósitos estratégicos navais continuam válidos hoje, mas as injunções político-estratégicas e tecnológicas do mundo contemporâneo estão enfraquecendo a posição da multissecular precedência dos dois primeiros – a segurança do tráfego marítimo e a negação do uso do mar (FLORES, VIDIGAL, 1976, p. 64).

Os Almirantes Flores e Vidigal descrevem, então, os novos propósitos estratégicos que deveriam nortear o desenvolvimento do PN brasileiro. Eles destacaram, como mais importante, a defesa do litoral, que deveria ser conduzida por meio do emprego de aeronaves para esclarecimento, sensores, minagem defensiva e força de reação composta por aeronaves e embarcações pequenas, rápidas e bem armadas; este modelo se assemelha à concepção da *Jeune École*. Outro propósito elencado era o de impor uma ameaça a território inimigo por meio de forças aeronavais ou anfíbias. A defesa do tráfego marítimo amigo e o ataque do tráfego inimigo completam o quadro que possibilitaria, ainda, o exercício da persuasão, que, apesar de não ser um propósito em si mesma, poderia ter uma utilidade política (FLORES, VIDIGAL, 1976).

Na análise sobre a interferência, ou ataque, ao tráfego militar marítimo do inimigo, os autores denominam de tarefa as ações para a negação do uso do mar (NUM). Elas podem ser classificadas em dois tipos: a minagem

ofensiva e o bloqueio dos portos ou bases inimigas por submarinos. Nesse sentido, a NUM, segundo os autores, deveria ser conduzida em águas inimigas (FLORES, VIDIGAL, 1976).

Encerrando a década, em 1979, e consolidando toda essa efervescência intelectual, o Ministério da Marinha publica a primeira versão da DBM (BRASIL, 1979a). Ela incorpora algumas ideias do trabalho dos Almirantes Flores e Vidigal, embora sofra uma grande influência do artigo do Almirante Turner.

A DBM adota a expressão “Tarefa Básica do Poder Naval” para representar o que Turner chamou de missão, e Flores e Vidigal designaram como “propósito estratégico”, isto é, o conjunto categorizado de atividades realizadas pelas forças navais. O

Os Almirantes Flores e Vidigal descrevem os propósitos estratégicos que deveriam nortear o desenvolvimento brasileiro

uso da palavra “tarefa” enseja, a princípio, uma postura extrovertida, pois vincula a MB com as demais esferas do Poder Militar, como se o *output* da MB em termos de tarefa fosse possibilitar a consecução de um propósito mais amplo. A expressão

“propósito estratégico” indica, por outro lado, uma categorização introvertida e que se encerra em si mesma, representando a finalidade última de um determinado conjunto de operações e ações de guerra naval.

Essa primeira DBM, conforme visto anteriormente, foi redigida para atender à demanda pela fixação de uma nova postura estratégica autônoma. Nesse sentido, os seus autores pretendiam preparar a Força para enfrentar situações impostas pelo ambiente político do final da Guerra Fria. Para fazer frente a possíveis evoluções da conjuntura internacional, incluíram, em sua introdução, o seguinte parágrafo:

Uma Doutrina como esta é influenciada por fatores diversos, principalmente políticos, militares e tecnológicos, eminentemente dinâmicos. Entretanto, o documento foi redigido de modo a assegurar à Doutrina uma relativa estabilidade, embora sujeita a reajustes que a atualizem periodicamente (BRASIL, 1979a, p. xiii).

Percebe-se, pela leitura desta DBM, a forte influência proveniente do artigo do Almirante Turner. As TBPN da DBM são semelhantes às missões do artigo.

Assim, a missão de *Sea Control* passa a ser a TBPN de Controle de Área Marítima. Essa solução para designar tal tarefa atendia ao propósito apontado por Turner: afastar esta missão do conceito mahaniano de Domínio ou Controle do Mar. As justificativas apresentadas, tanto na DBM quanto no artigo de Turner, são praticamente idênticas, ambas com “a intenção de conotar um controle mais realista em áreas limitadas e por períodos de tempo limitados” (BRASIL, 1979a; TURNER, 1974).

O CAM, nesta DBM, servia para atingir os seguintes propósitos: prover áreas de operações seguras para a PPT; prover segurança às comunicações marítimas; permitir a exploração e a exploração dos recursos do mar; e dificultar, ou impedir, que o inimigo execute as atividades anteriores. Fica clara, nesta DBM, a opção pela adoção do CAM na defesa de costa, em caso de necessidade de defesa do litoral brasileiro “contra a invasão e os ataques procedentes do mar. Efetivamente, esse controle é a mais eficiente defesa que pode ser montada contra a projeção do poder inimigo através do mar” (BRASIL, 1979a).

A segunda TBPN definida na DBM, a NUM, diverge conceitualmente dos preceitos estabelecidos por Turner, que entendia que a NUM era apenas uma variação no grau de controle a ser exercido sobre

determinada área, sendo, portanto, uma modalidade de CAM e não uma missão *per se*. Convém lembrar que, por outro lado, os Almirantes Flores e Vidigal consideravam a NUM como sendo uma tarefa distinta da de CAM. Talvez esta diferenciação se devesse ao porte da MB em relação ao poderio naval da USN. Assim como na *Jeune École*, a NUM seria mais importante para PN de menor expressão, vindo daí a razão para que a DBM a elevasse ao nível de TBPN.

Na DBM (1979a), a NUM consistia em “dificultar o estabelecimento do controle de área marítima pelo inimigo ou a exploração de tal controle para fins militares ou econômicos”, ficando claro que, para a defesa da costa, a negação do uso do mar “ao inimigo constitui uma segurança inferior que o controle de área marítima fronteira ao território que deseja proteger”.

A terceira TBPN é a de Projeção de Poder sobre Terra, que, de forma idêntica à missão de Turner, abrange as operações anfíbias, o bombardeio naval e o aeronaval. Os propósitos também são semelhantes: conquistar área estratégica para a condução da guerra naval ou aérea; negar ao inimigo área capturada; apoiar operações em terra; e destruir, ou neutralizar, instalações inimigas importantes. Segundo a DBM, esta tarefa abrangeria também o ataque com mísseis nucleares estratégicos lançados de submarinos.

A primeira DBM não considerou a missão de Presença Naval, elencada por Turner como sendo uma TBPN. No entanto, juntou seus preceitos com os da missão de Contribuir para a Dissuasão Estratégica, com a ressalva de que, apesar deste tipo de TBPN estar normalmente associado à capacidade de se lançar mísseis estratégicos nucleares, a dissuasão naval clássica poderia ser concretizada pela “existência de um Poder Naval adequado, que inspire credibilidade quanto ao seu emprego e que evidencie

essa credibilidade por atos de presença ou demonstração de força, quando e onde for oportuno”. Cabe registrar a ambiguidade da doutrina que classificou o ataque com mísseis estratégicos nucleares, tanto nesta TBPN quanto na PPT (BRASIL, 1979a).

Assim como as missões concebidas pelo Almirante Turner visavam quebrar o nicho operacional desenvolvido em função da Guerra Fria, que forçava uma primazia do emprego dos submarinos com propulsão e armamentos nucleares, a primeira DBM foi publicada para diversificar o emprego do PN brasileiro. Também devido à influência da Guerra Fria, a MB, na época, focava o seu emprego nas ações antissubmarino. Nesse sentido, ambas categorizaram todas as operações de guerra naval, agrupando-as em missões ou TBPN. Uma diferença importante, no entanto, foi a de que a USN fez questão de realçar a relevância da interdependência e da superposição dessas missões, como forma de integrar suas diversas forças. A MB, apesar de ter se espelhado no artigo de Turner, não teve a mesma preocupação.

A EVOLUÇÃO DAS TAREFAS BÁSICAS DO PODER NAVAL

Após a investigação sobre as origens das TBPN, compreendendo o ambiente político e estratégico que provocou o seu surgimento, será realizada uma análise da evolução dessas tarefas no tempo. Esse exame será conduzido, inicialmente, pela identificação de novas abordagens surgidas sobre o uso do mar pelas Marinhas. A seguir, será efetuada uma comparação das mudanças doutrinárias ocorridas, assim como das circunstâncias estratégicas, tanto no caso brasileiro como no dos EUA. As doutrinas marítimas do Reino Unido e de outras importantes Marinhas do mundo serão também consideradas neste processo.

Outras abordagens para as Tarefas Básicas do Poder Naval

Alguns importantes estrategistas do final do século XX teorizaram sobre as missões das Marinhas e conceberam diferentes formas de representar o conjunto de ações executadas pelas forças navais.

Um desses teóricos foi o britânico Ken Booth, que, em 1977, escreveu o livro *Navies and Foreign Policy*. O autor inicia a obra suscitando uma questão fundamental que, segundo ele, deveria ser reiterada periodicamente: por que precisamos de uma Marinha? E ele, então, procura fornecer, ao longo do livro, uma resposta à pergunta, destacando o papel das Marinhas na condução da política externa de seus países.

Booth inicia sua análise definindo o que ele denominou de “trindade das funções navais”, que categoriza as formas como as Marinhas empregam seus meios, sendo composta por uma vertente militar, outra diplomática e uma última policial. Os limites entre as vertentes não são claros, o que dificulta a categorização de certas ações navais, como, por exemplo, a vertente policial implica, muitas vezes, o uso militar do PN. Segundo o autor, a escolha desse tipo de categorização foi influenciada, entre outros, pelo artigo “Missions of the U.S. Navy”, do Almirante Turner (BOOTH, 1977).

A unidade da trindade de Booth é caracterizada pelo fato de que todas as funções contribuem para um mesmo fim: o uso do mar. O mar seria, então, empregado pelas seguintes razões: transporte de pessoas e bens; passagem de forças militares; e exploração de seus recursos. A primeira razão é precipuamente comercial. A segunda abrange o uso de força naval para fins diplomáticos ou para o combate “no mar”, ou a partir “do mar”. A última diz respeito à sua exploração econômica ou científica. As Marinhas seriam, então, empregadas

para atingir um desses objetivos, de acordo com a política externa do país, ou, inversamente, para impedir que um inimigo os atinja (BOOTH, 1977).

A “trindade das funções navais” pode ser representada graficamente por meio de um triângulo como o da figura 2. A base do triângulo é constituída pelo papel militar, por ser ele a essência das Marinhas. A capacidade de exercer, ou de ameaçar exercer, o uso da violência é o que possibilita o desempenho tanto do papel diplomático quanto do policial.

As funções militares poderiam ser exercidas em tempos de paz (funções de equilíbrio de poder) ou de guerra (funções de projeção de força). Durante a paz, existiriam: a deterrência nuclear estratégica; a deterrência e a defesa convencionais; a deterrência e a defesa em locais distantes; e a manutenção da ordem internacional, apoiando o direito marítimo internacional. Durante a guerra, as funções de projeção de força seriam: fazer frente a algum desafio no mar; comandar área marítima; desafiar, ou impedir, que o inimigo use o mar; usar o mar para o transporte de tropa e suprimentos; usar o mar para projetar força em terra; e apoiar operações internacionais de manutenção da paz. As funções policiais da Marinha dizem respeito às responsabilidades de sua guarda costeira – preservação da soberania nacional, uso dos recursos naturais e manutenção da boa ordem interna – ou às contribuições para o progresso do país. As funções diplomáticas, por sua vez, referem-se: ao reforço às negociações do governo e seus aliados; às manipulações da política externa com demonstrações de apoio a outros países ou pelo desenvolvimento de outras Marinhas; e ao prestígio que possibilita projetar uma imagem favorável do país (BOOTH, 1977).

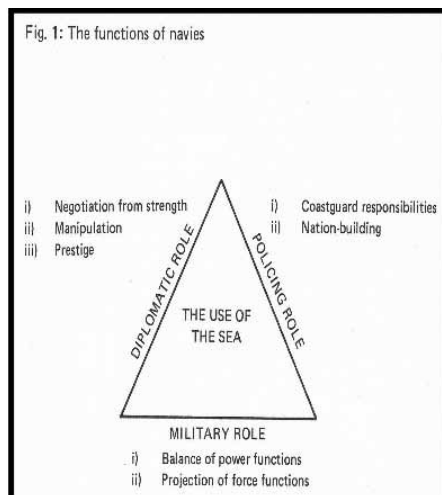


Figura 2 – O triângulo do uso do mar de Booth
 Fonte: BOOTH, 1977, p. 16

Booth destaca, nas funções de projeção de força que demandam ações mais violentas, a centralidade do uso do mar, de forma positiva ou negativa, de acordo com as capacidades e os interesses a serem defendidos por cada país. Assim, quando se pretende usar o mar a seu favor, as Marinhas devem buscar o “domínio do mar”, e quando bastar opôr-se ao seu uso pelo inimigo, opta-se pela “negação do uso do mar”.

As justificativas apresentadas por Booth para buscar uma categorização da forma de emprego das Marinhas são, segundo ele próprio, semelhantes às que levaram o Almirante Turner a conceber as missões para a USN. A explicitação das funções ajuda a justificar a própria existência das Marinhas, facilita a alocação de recursos e a otimização dos sistemas de armas, além de “assegurar que os componentes de uma Marinha foquem mais em seu conjunto do que em alguma de suas partes” (BOOTH, 1977, p. 24, tradução nossa).

Outro ponto importante dessa abordagem, também alinhado com o pensamento do Almirante Turner, consiste no fato de que ela não pretende ser universal. Segundo

o autor, essa gama de funções não estará ao alcance da maioria das Marinhas. E ele prossegue:

Devido a limitações de vontade ou de recursos, a maior parte das Marinhas terá que se restringir a exercer apenas algumas das funções aludidas, que poderão variar de acordo com o fluxo e o refluxo do desenvolvimento nacional, dos acontecimentos mundiais e assim sucessivamente (BOOTH, 1977, p. 25, tradução nossa).

Outro estrategista naval importante neste processo de categorização das funções e missões das Marinhas foi o britânico Eric Grove, que escreveu o livro *The Future of Sea Power*, em 1990. Nele, ao projetar o futuro das Marinhas, Grove partiu da trindade de Booth para desenhar o seu primeiro “triângulo do uso do mar” (figura 3), fazendo algumas adaptações (GROVE, 1990).

Grove manteve a função militar como a base do triângulo, por considerar, assim como Booth, que esta é a razão de ser das Marinhas. Dividiu esta função em três missões: projeção de poder sobre terra, controle de área marítima e negação do uso do mar. Restringiu estas missões a apenas três por considerar que a missão de deterrence estratégica se inseria na de PPT; a de defesa do tráfego marítimo, na de CAM; e as de defesa de costa e de guerra de corso, na de negação do uso do mar.

O autor, assim como Turner e Booth, destaca o papel central da missão de CAM. Ela é um pré-requisito para a maioria das missões de PPT, excetuando-se aquelas cujos meios de projeção possuam uma capacidade de “CAM inerente”, como são os casos dos submarinos nucleares ou de poderosos grupos de batalhas.

Em sua classificação da função diplomática das Marinhas, Grove diverge de Booth e adota as denominações propostas por Sir James Cable⁸: mostrar bandeira e diplomacia das canhoneiras. Para Booth, todas as missões da função diplomática não envolveriam o uso da força, que permaneceria restrito à função militar. Segundo Cable, a função diplomática, na missão de “diplomacia das canhoneiras”, pode abranger certo nível de uso de força, como aquela necessária para induzir uma ação inimiga ou criar um fato consumado. As missões sem uso de força seriam as de mostrar bandeira. Cabe registrar que uma missão pode iniciar mostrando bandeira e evoluir para “diplomacia da canhoneira” (GROVE, 1990).

No terceiro lado do triângulo, Grove propõe uma denominação distinta da original de Booth, ao substituir a função policial pela constabular⁹. As missões que a compõem são: manutenção da soberania e da boa ordem; salvaguarda dos recursos nacionais; e operações marítimas internacionais de paz.

8 O diplomata britânico Sir James Cable escreveu, em 1971, o livro intitulado *Gunboat diplomacy: political applications of limited naval force*. Neste livro, o autor estabelece que a diplomacia das canhoneiras refere-se ao uso, ou ameaça de uso, de força naval limitada, não como um ato de guerra, e tem o propósito de garantir vantagem, ou evitar perdas, seja na promoção de um litígio internacional ou contra cidadãos estrangeiros em seu próprio estado. Estas ações poderiam ser de quatro tipos: força definitiva, que provoca um fato consumado, como a liberação de prisioneiros ou de navios capturados; força proposital, que é deliberadamente usada para alterar a postura de um governo; força catalítica, para emprego em situações de crise em que as características do poder naval de mobilidade, flexibilidade e permanência possibilitariam a regulação do nível de força ou ameaça a ser empregada; e força expressiva, que é empregada para enfatizar atitudes ou provocar reações favoráveis, sem a conotação explícita de ameaça como quando do emprego da força proposital (CABLE, 1971).

9 Para efeitos deste trabalho, será adotada a definição para a expressão constabular constante da Doutrina Marítima Britânica: “O uso de forças militares para defender uma lei nacional ou internacional, mandato ou regime, com emprego mínimo de violência como um último recurso e após terem sido estabelecidas, isentas de qualquer dúvida razoável, evidências de violação ou de intenção de desafiar. [...] Também chamada de policial.” (REINO UNIDO, 2004, p. 248, tradução nossa).



Figure 11.1 The 'use of the sea' triangle I

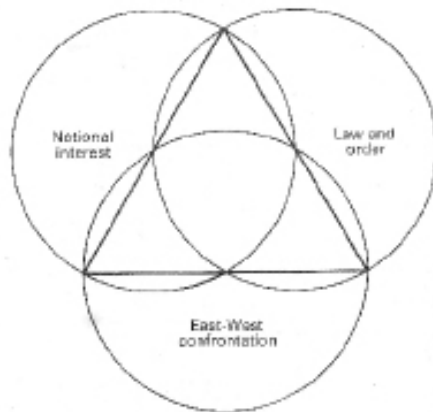


Figure 11.2 The 'use of the sea' triangle II

Figura 3 – O primeiro e o segundo triângulos do uso do mar de Grove
 Fonte: GROVE, 1990, p. 234-236

Grove prossegue em sua análise acrescentando uma observação importante que também já havia sido identificada por Booth: uma dada missão, ou operação naval, pode abranger mais de uma função ou, visto por outro ângulo, as funções seriam interdependentes. Assim, concebe uma nova representação gráfica, colocando círculos interseccionados centrados nos vértices do triângulo. Este segundo triângulo, mostrado na figura 3, consegue representar melhor algumas situações reais. Cabe salientar que os diâmetros dos círculos devem variar de Marinha para Marinha, de acordo com a importância que cada função representa para seus respectivos países. Ao denominar estes círculos, a função diplomática passou a ser “interesse nacional”, a constabular, “lei e ordem”, e a militar, “confronto Leste-Oeste”. Esta última denominação deveu-se ao fato de o triângulo ter sido concebido sob o contexto da Guerra Fria (GROVE, 1990).

Marinha do Brasil

Tendo sido realizada a análise da Primeira Doutrina Básica da Marinha, passou-se a investigar a evolução da DBM ao longo do

tempo. Este estudo abrange todas as outras quatro edições da doutrina (BRASIL, 1981; 1983; 1997; 2004).

As duas primeiras reedições (1981 e 1983), em intervalos regulares de dois anos, indicavam que o Estado-Maior da Armada (EMA) estava cumprindo o prescrito na própria doutrina, naquilo que se refere a proceder atualizações periódicas de seu conteúdo de forma a mantê-la coerente com eventuais evoluções estratégicas ocorridas. As versões de 1997 e 2004 deixaram de determinar – e de efetuar – a atualização periódica da doutrina.

O estudo realizado revelou que as TBPN praticamente não se alteraram desde sua primeira versão, em 1979; apenas um pequeno ajuste foi realizado na tarefa de Contribuir para a Dissuasão Estratégica, que na DBM de 1997 passou a ser designada como Contribuir para a Dissuasão. Com exceção desta alteração, até mesmo os textos explicativos de cada uma das TBPN sofreram poucas alterações textuais e, praticamente, nenhuma evolução conceitual. A seguir serão apresentados, de forma resumida, outros aspectos de relevo identificados pelo estudo:

– desde a primeira edição, a importância do CAM é destacada em relação às demais TBPN;

– um aspecto que quase não sofreu alteração, em todas as edições, foi o emprego do CAM para a defesa da costa brasileira contra “invasão e ataques procedentes do mar”. Segundo as DBM, esse controle é a “mais eficiente defesa que poderá ser articulada contra a projeção do poder inimigo por mar”;

– a tarefa de NUM apresenta, desde a primeira edição, o mesmo texto, segundo o qual esta TBPN é, geralmente, a opção de emprego adotada pelos PN que não têm condições de estabelecer o CAM. A doutrina destaca que, sob “o ponto de vista da defesa [do litoral] contra a projeção de poder sobre terra, negar o uso do mar ao inimigo constitui uma segurança inferior ao controle efetivo da área marítima fronteiria ao território que se deseja proteger”; e

– a TBPN de Contribuir para a Dissuasão manteve a referência, presente nas demais versões, aos atos de presença naval e de demonstração de força. Esta TBPN incorpora, em 2004, um conceito que a vincula diretamente às outras três tarefas: “esta Tarefa Básica representa o corolário da efetiva capacidade de concretizar as três anteriores”.

Concluindo a comparação entre as diversas edições da DBM, constatou-se que nenhuma delas fez menção ao principal ponto destacado pelo Almirante Turner: a interdependência e a complementaridade das TBPN.

Marinha dos Estados Unidos da América

Apresenta-se, neste subitem, um estudo sobre a evolução da doutrina marítima da

USN, tendo como referência as diferentes tarefas ou missões elencadas em diversos documentos doutrinários por ela publicados.

A análise inicia-se com o Project Sixty (1970), do Almirante Elmo Zumwalt, e o artigo “Missions of the U.S. Navy” (1974), do Almirante Turner. Conforme visto, este texto possui uma importância crucial, pois foi nele que se divulgou o conceito de missões, ou Tarefas Básicas, das Marinhas. O último documento analisado foi o *Naval Doctrine Publication 1 – Naval Warfare*, de 2010, que contém a doutrina naval em vigor na USN.

Neste período de 40 anos, entre 1970 e 2010, a USN publicou um total de 41 documentos estratégicos e/ou doutrinários, sendo 39 até 2009 e mais dois em 2010. Dentre estes, 13 promoveram alterações nas Tarefas Básicas da USN. A evolução destas alterações pode ser observada na tabela 1, cabendo destacar alguns pontos de interesse:

– a denominação “missão” evoluiu, passando para “função”, “papal”, “capacidade marítima”, até chegar à atual, “capacidade fundamental”;

– a quantidade de missões, que se iniciou com quatro, sofreu diversas alterações, sendo reduzida para três ou aumentada até 13. Ao todo, 29 diferentes missões foram enunciadas;

– as quatro missões iniciais do Almirante Turner – CAM, PPT, Presença Naval e Deterrência Estratégica – serviram de referência para as outras doutrinas. Apesar disso, suas denominações e, principalmente, seus embasamentos conceituais foram bastante alterados ao longo dos anos, adaptando-se a novas circunstâncias estratégicas;

– eventos políticos e estratégicos foram os responsáveis pelas principais mudanças, permitindo denotar um vínculo entre o desenho de uma nova

TABELA 1
Evolução das missões da Marinha Norte-Americana de 1974 a 2010

ANO	DOCUMENTO	CLASSE	1974	1975	1978	1982-1990	1992	1992	1994	1994	1997	2002	2006	2007	2010
	<i>Mission of the US Navy</i>	Missão	x												
	Strategic Concepts of the USN	Papel Função	x	x		x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	Sea Plan 2000	Missão			x										
	Maritime Strategy	Missão				x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	The Navy Policy Book	Missão													
	... From the Sea	Capacidade Marítima													
	Naval Doctrine Publication 1 – Naval Warfare	Função							x	x	x	x	x	x	x
	Foward... From the Sea	Função													
	Anytime, Anywhere	Missão													
	Sea Power 21	Missão													
	Naval Operations Concept	Missão													
	A Cooperative Strategy for 21st Century Seapower	Capacidade Fundamental												x	x
	Naval Doctrine Publication 1 – Naval Warfare	Capacidade Fundamental												x	x
CAM (Sea Control)			x	x		x	x	x	x	x		x	x	x	x
Projeção de Poder			x	x		x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Presença Naval			x				x	x	x	x	x	x	x	x	x
Deterrência Estratégica			x	x		x	x	x	x	x	x	x	x		
Segurança das LCM				x	x				x						
Desdobramento Avançado				x	x										
Uso Gradual de Força contra Terra					x										
Superioridade no Mar					x										
Reforço aos Aliados					x										
Pressão sobre os soviéticos					x										
Limitar as incertezas do futuro distante					x										
Transporte Marítimo						x		x				x			
Deterrência Convencional									x						
Operações Navais de Não Guerra									x						
Operações Conjuntas									x						
Negar o uso do mar									x						
Proteção de Apoio Logístico Naval									x						
Controle de Mar e de Área											x				
Resposta a Crises								x							
Segurança Marítima													x		
Deterrência													x	x	x
Cooperação para a Segurança													x		
Operações Cíveis-Militares													x		
Contra-insurgência													x		
Contraterrorismo													x		
Contra-proliferação													x		
Defesa Aérea e de Missil													x		
Operações de Informação													x		
Assist. Humanitária/Resposta a Desastres														x	x

Fonte: SWARTZ, DUGGAN, 2009; EUA, 1994b; EUA, 2010a.

doutrina e suas tarefas e o contexto em que elas se inseriam. Assim, eventos de porte, como o fim da Guerra Fria ou os atentados terroristas de 11 de setembro, provocaram alterações de tarefas;

- as tarefas de Transporte Marítimo e Segurança Marítima, que não foram consideradas por Turner, apareceram em diversas versões doutrinárias posteriores, caracterizando sua importância; e
- os documentos doutrinários recentes passaram a enfatizar a importância de se empregar a Marinha para prover assistência humanitária e mitigar crises.

A missão de CAM (Sea Control) sempre ocupou um papel central e, muitas vezes, preponderante em relação às demais missões. Mesmo quando, em 1992 e 1994, os documentos “...*From the Sea*” e “*Foward ...from the Sea*” marcaram um ponto de inflexão no emprego da USN, que, com o fim da Guerra da Fria mudou sua postura baseada em preceitos mahanianos de domínio do mar para uma abordagem como a de Corbett, que valorizava o emprego a partir do mar, influenciando os acontecimentos em terra, o CAM era apontado como uma missão que habilitava a ocorrência de todas as outras. Esta ideia pode ser percebida ainda nos documentos mais recentes: “O Controle de Área Marítima é a base da primazia do Poder Naval” (EUA, 2010b, p. 29, tradução nossa).

Esses documentos enfatizam a interdependência entre as missões, conforme estabelecido por Turner em seu artigo, e, apesar da centralidade do CAM, a importância da PPT foi bastante impulsionada a partir

do fim da Guerra Fria. A USN buscava se engajar mais em problemas regionais, buscando mitigar crises antes que elas se transformassem em guerras. Os conceitos de entrada força, desdobramento avançado para resposta a crises e emprego em operações humanitárias passaram a ocupar papel de destaque nas novas doutrinas.

A NUM é raramente citada nestes documentos doutrinários, sendo compreendida como uma instância do próprio CAM. Nos documentos mais recentes, desde o *A Cooperative Strategy for 21st Century Seapower*, de 2007, até o *Naval Operations Concept* e o *Naval Doctrine Publication 1 – Naval Warfare*, ambos de 2010, o conceito de NUM foi expandido e substituído pelo de “*Antiaccess – Area Denial*”¹⁰, também conhecido por A2/AD. Estes novos conceitos abrangem o uso de sistemas diversificados de armas para impedir o acesso, pelo mar, de forças navais que ameacem a costa que se pretende defender.

Os documentos, desde 2006, passaram a dar mais ênfase à segurança marítima, transformando-a em Tarefa Básica, tendo em vista a necessidade de proteger o território norte-americano de ameaça no mar e a partir do mar, assim como de assegurar o fluxo adequado do comércio marítimo. Estas evoluções refletem o impacto da globalização e da ameaça terrorista sobre a doutrina marítima, sendo um bom exemplo da necessidade constante de atualização das Tarefas Básicas, conforme previsto por Turner em seu artigo.

As informações coletadas nas pesquisas realizadas nas doutrinas da MB e da USN foram consolidadas nos quadros 1, 2 e 3.

10 O *Naval Operations Concept* estabelece que uma tarefa de antiacesso ocorre quando “um adversário visa prevenir ou retardar a capacidade dos EUA e seus aliados de se aproximarem do Teatro de Operações e acessar, especialmente em áreas litorâneas, a partir do mar aberto”, e a tarefa de negação de área ocorre quando “um adversário visa degradar ou negar a eficácia operacional ou a liberdade de ação dos EUA e seus aliados dentro do Teatro de Operações, negando a capacidade dos EUA de conduzir operações no interior e em vários domínios, ou a capacidade dos EUA de projetar poder sobre terra” (EUA, 2010b, p. 54, tradução nossa).

O quadro 1 compara as versões iniciais das TBPn, da USN e da MB. Existem três TBPn coincidentes: CAM, PPT e Deterrência Estratégica. As doutrinas diferem apenas na quarta tarefa: Presença Naval para

a USN; e NUM na DBM. As semelhanças apontadas reforçam a ideia de que as TBPn da MB foram influenciadas pelas da USN.

O quadro 2 compara a evolução das TBPn, da MB e da USN, desde 1979 até

QUADRO 1

Comparação das Primeiras Tarefas Básicas do Poder Naval da Marinha do Brasil e da Marinha dos EUA

MB	USN	OBSERVAÇÕES
1979	1974	
Controle de Área Marítima	Controle de Área Marítima	Os conceitos são idênticos nas duas Marinhas
Projeção de Poder sobre Terra	Projeção de Poder sobre Terra	Os conceitos são idênticos nas duas Marinhas
Contribuir para a Dissuasão Estratégica	Deterrência Estratégica	Para a USN, esta TBPn refere-se, principalmente, à capacidade de lançar armamento nuclear
Negação do Uso do Mar	–	A USN não considera a NUM como uma Tarefa Básica
–	Presença Naval	Na DBM, os conceitos referentes à Presença Naval foram inseridos na descrição da TBPn de Contribuir para a Dissuasão Estratégica

Fonte: BRASIL, 1979a; TURNER, 1974

QUADRO 2

Comparação da Evolução das Tarefas Básicas do Poder Naval da Marinha do Brasil e da Marinha dos EUA

1979	1981/1983	1997	2004	2011
MB	MB	MB	MB	MB
Controle de Área Marítima	Controle de Área Marítima	Controle de Área Marítima	Controle de Área Marítima	Controle de Área Marítima
Projeção de Poder sobre Terra	Projeção de Poder sobre Terra	Projeção de Poder sobre Terra	Projeção de Poder sobre Terra	Projeção de Poder sobre Terra
Contribuir para a Dissuasão Estratégica	Contribuir para a Dissuasão Estratégica	Contribuir para a Dissuasão	Contribuir para a Dissuasão	Contribuir para a Dissuasão
Negação do Uso do Mar	Negação do Uso do Mar	Negação do Uso do Mar	Negação do Uso do Mar	Negação do Uso do Mar
USN	USN	USN	USN	USN
Superioridade no Mar	Controle de Área Marítima	Controle de Mar e de Área	Controle de Área Marítima	Controle de Área Marítima
Uso Gradual de Força contra Terra	Projeção de Poder sobre Terra	Projeção de Poder	Projeção de Poder sobre Terra	Projeção de Poder sobre Terra
Desdobramento Avançado de Forças	Transporte Marítimo	Deterrência	Deterrência Estratégica	Deterrência
Segurança das LCM		Presença	Presença Naval Avançada	Presença Naval Avançada
Reforço aos Aliados			Transporte Marítimo Estratégico	Segurança Marítima
Pressão sobre os soviéticos				Assistência Humanitária e Resposta a Desastres
Limitar as incertezas do futuro				

Fonte: BRASIL, 1979a, 1981, 1983, 1997, 2004; EUA, 2020, 2010a; HATTENDORF; SWARTZ, 2008; SWARTZ; DUGGAN, 2009

QUADRO 3
Comparação das Atuais Tarefas Básicas do Poder Naval da Marinha do Brasil e da Marinha dos Estados Unidos

MB	USN
2004	2010
Controle de Área Marítima	Controle de Área Marítima
Projeção de Poder sobre Terra	Projeção de Poder sobre Terra
Contribuir para a Dissuasão	Deterrência
Negação do Uso do Mar	–
–	Presença Naval Avançada
–	Segurança Marítima
–	Assistência Humanitária e Resposta a Desastres

Fonte: BRASIL, 2004; EUA, 2010a

2011. O cotejamento efetuado possibilitou identificar uma diferença de postura doutrinária: a DBM, menos flexível, não alterou suas TBPN no decorrer do período considerado; a doutrina da USN, mais flexível, introduziu diversas alterações, conforme já havia sido identificado na tabela 1.

O quadro 3 estabelece uma comparação direta entre as TBPN atualmente em vigor na MB e na USN. Ele indica que a categorização adotada pela USN representa uma gama mais ampla e atualizada de tarefas, abrangendo também atividades não combativas. As Tarefas Básicas previstas na atual doutrina da USN, denominadas de capacidades fundamentais, são as seguintes: Presença Naval Avançada; Deterrência; CAM (*Sea Control*); PPT; Segurança Marítima; e Assistência Humanitária e Resposta a Desastres.

Real Marinha Britânica

Apresenta-se, neste subitem, um resumo do estudo das três últimas edições da doutrina marítima desta Marinha. Em 1995, a publica-

ção do manual *The Fundamentals of British Maritime Doctrine* substituiu o *The Naval War Manual* que continha a doutrina anterior. Nos anos de 1999 e 2004, foram publicadas as segunda e terceira edições, que passaram a ser denominadas: *British Maritime Doctrine* (Reino Unido, 1995, 1999, 2004).

A leitura e a comparação dessas três edições permitem destacar alguns pontos de interesse sobre o desenvolvimento doutrinário desta Marinha, tão importante e influente. O primeiro deles é que todas as edições são enfáticas em registrar que doutrina não é dogma, e que ela precisa evoluir à medida que os fundamentos estratégicos que a embasam se alteram.

A Real Marinha Britânica (RMB) adotou um modelo de categorização das funções militares semelhante aos triângulos de Booth e Grove (figuras 2 e 3), e que abrange tarefas constabulares, benignas e militares, sendo que esta última se divide em CAM (*Sea Control*), ou “no mar”, e Projeção de Poder, ou “a partir do mar”. As doutrinas salientam a interdependência necessária entre estas tarefas e funções, explicando que muitas

missões abrangem mais de uma função, podendo ser, por exemplo, ao mesmo tempo militar e constabular. Neste sentido, a tarefa de CAM é prerequisite para quase todas as demais tarefas e operações, não devendo ser considerada um fim em si mesma.

Embora as tarefas tenham sofrido somente pequenas alterações de denominação, as descrições dos conceitos que as embasam evoluíram com o tempo, na busca de uma adequação às mudanças estratégicas. Em todas as versões, a NUM não constitui uma tarefa isolada, sendo considerada parte integrante da tarefa de CAM, da qual não pode se distinguir.

As tarefas militares de CAM abrangem as operações contra as forças inimigas no mar e a proteção ao tráfego marítimo. Já as tarefas militares de PPT abrangem: a deterência nuclear; as operações de combate contra a terra; as operações de combate em defesa de forças terrestres; as operações de evacuação de não combatentes; o emprego de forças navais em apoio à diplomacia; e as operações de apoio à paz. É interessante destacar a inclusão da deterência estratégica como parte da PPT, em posição diversa das funções elencadas pelo Almirante Turner, que considerava estas duas atividades como sendo duas missões distintas.

Na classe de tarefas constabular, ou policial, a doutrina manteve as duas opções de denominação, que fazem referência aos triângulos dos estrategistas britânicos Booth e Grove (figuras 2 e 3), respectivamente. A doutrina britânica insere nesta classificação operações realizadas em águas territoriais ou não, sendo exemplo: a imposição de quarentena, de sanções econômicas e de embargos; a imposição da lei e manutenção da boa ordem no mar (incluem a proteção à pesca, as patrulhas em plataformas de petróleo e o combate à pirataria, ao narcotráfico e ao terrorismo); e as operações de manutenção da paz.

A classe de tarefas denominada de benigna difere da classificação de Booth e Grove, que a chamavam de diplomática. Estas tarefas abrangem: operações humanitárias e de resposta a desastres; operações de promoção da paz; busca e salvamento; assistência militar à comunidade civil; e assistência militar a outros países. Esta categorização adotada foi criticada pelas demais Forças Armadas britânicas pelo uso da palavra “benigna”, que leva ao entendimento de que as operações não benignas seriam, conseqüentemente, consideradas como malignas.

Na segunda edição (1999), após o fim da Guerra Fria, houve um incremento na postura expedicionária, cujas principais características são a mobilidade estratégica e a flexibilidade. Acrescentou-se um novo método de atingir a NUM com o emprego de baterias de mísseis superfície-superfície ao longo da costa. Na função constabular, acrescentou as operações de contra insurgência e realçou a crescente importância das operações de garantia da lei e da ordem no mar, a ser exercida nas águas jurisdicionais.

A versão de 2004 incorporou as evoluções doutrinárias decorrentes das alterações estratégicas ocorridas após os atentados terroristas de 11 de setembro e a Guerra do Iraque em 2003, reforçando o conceito de flexibilidade da doutrina ante as mudanças do ambiente político e estratégico. A última versão da classificação das funções do Poder Marítimo britânico apresenta as seguintes tarefas: Militar de CAM; Militar de PPT, Constabular (ou Policial); e Benigna.

Outras Marinhas

Após a análise da evolução das TBPN na MB, USN e RMB, passou-se a investigar as doutrinas navais dos seguintes países: África do Sul, Austrália, Canadá, Chile, Coreia do Sul, Espanha, França, Índia, Portugal e Rús-

sia. O estudo destes documentos encontra-se consolidado na tabela 2. As principais observações a respeito são apresentadas a seguir.

Com relação ao tipo de categorização adotado pelas Marinhas, notou-se a influência dos estrategistas navais britânicos – Ken Booth e Eric Grove – sobre a maior parte das doutrinas estudadas. As Marinhas de África do Sul, Austrália, Canadá, Chile, Índia e Portugal, além da própria RMB, adotam variações dos triângulos do uso do mar de Booth (figura 2) e Grove (figura 3).

Apesar da preponderância da influência do pensamento britânico, percebe-se também o emprego da terminologia usada pelo Almirante Turner. Assim, as missões de PPT e de CAM (*Sea Control*) são empregadas, respectivamente, por oito e sete das dez Marinhas estudadas (excetuando-se nesta conta a MB, a USN e a RMB). A missão de Presença Naval e a de Deterrência são empregadas por cinco Marinhas. Cabe a ressalva, no entanto, que, entre os países que preveem a tarefa de deterrência, quatro (França, Índia, Reino Unido e Rússia) possuem a capacidade de lançar artefatos nucleares, e apenas a Marinha da Coreia do Sul adotou esta tarefa sem possuir capacidade para tanto.

No tocante à centralidade da tarefa de CAM em relação a praticamente todas as demais tarefas e missões das Marinhas, constatou-se que esta ideia está presente, de forma explícita, nas doutrinas de RMB, Austrália e África do Sul, e de forma implícita nas demais.

A TBPN de NUM só é considerada como tal nas doutrinas das Marinhas canadense, sul-africana e australiana¹¹. Nestas doutrinas, a NUM é considerada como Tarefa Básica, ou como conceito estratégico, possuindo sempre um vínculo estreito com o CAM, havendo previsão de ambas as tarefas ocorrerem simultaneamente em áreas distintas.

A utilização da categorização do emprego do PN em funções, missões ou tarefas, em todas as Marinhas analisadas, busca espelhar todo o espectro de atividades realizadas, desde as praticadas nos tempos de paz até aquelas de combate. Neste contexto, destacam-se as atividades relacionadas ao bom uso do mar (também denominadas de Policiais, de Constabulares, de Garantia da Lei e da Ordem no Mar, de Imposição da Lei no Mar, de Ações de Estado no Mar etc.) e as diplomáticas (também denominadas de Benignas, de Demonstração de Força, de Presença Naval etc.).

As tarefas elencadas pelas doutrinas demonstraram preocupação com temas atuais, como, por exemplo, pirataria, narcotráfico, poluição, resposta a crises e desastres, ações humanitárias e com o aumento do emprego do PN em tarefas expedicionárias a partir do mar.

As Marinhas de Rússia, Chile, Austrália e África do Sul definiram a Defesa de Costa como uma Tarefa Básica.

Existe uma grande diversidade de funções, missões e tarefas entre as diversas doutrinas. As diferenças são tanto de denominação apenas quanto de seleção sobre quais atividades realizadas por determinada marinha serão categorizadas. Assim, a Armada espanhola possui apenas duas Tarefas Básicas, CAM e PPT, enquanto a Marinha francesa possui cinco funções, divididas em 19 tarefas, e a Marinha do Chile possui três funções e 34 tarefas. Percebe-se que não existe um padrão universal de categorização.

Outro ponto que chamou a atenção foi a apresentação dos documentos doutrinários. As doutrinas marítimas consultadas, particularmente as de África do Sul, Austrália, Canadá, Chile, Índia e Portugal, possuem uma diagramação amigável e fotos e gráficos bem elaborados, nos moldes dos documentos doutrinários da USN e da RMB.

11 Cabe o registro de que o estudo realizado, constante do Apêndice E, observou haver grande semelhança textual entre as doutrinas das Marinhas sul-africana e canadense.

TABELA 2
Consolidação das Funções, Missões e Tarefas Básicas de Marinhas do mundo

PAÍS MARINHA		ÁFRICA DO SUL	AUSTRÁLIA	CANADÁ	CHILE	COREIA DO SUL	ESPANHA	FRANÇA	ÍNDIA	PORTUGAL	REINO UNIDO	RÚSSIA
Triângulo de Booth e Grove ou similares*		x	x	x	x	-	-	-	x	x	x	-
Funções **	Militar – CAM (no mar)	x	x	x	-	-	-	-	x	-	x	-
	Militar – PPT (a partir do mar)	x	x	x	-	-	-	-	x	-	x	-
	Militar de Guerra	-	-	-	x	-	-	-	-	-	-	-
	Militar de Não Guerra	-	-	-	x	-	-	-	-	-	-	-
	Diplomática	x	x	x	-	-	-	-	x	-	-	-
	Policial	x	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Constabular	-	x	x	-	-	-	-	x	-	x	-
	Contribuição para o Desenvolvimento Nacional (Desenvolvimento econômico, científico e cultural)	-	-	-	x	-	-	-	-	x	-	-
	Benigna	-	-	-	-	-	-	-	x	-	x	-
	Defesa militar e apoio à política externa	-	-	-	-	-	-	-	-	x	-	-
Segurança e autoridade do Estado	-	-	-	-	-	-	-	-	x	-	-	
Missões ***	CAM (<i>Sea Control</i>)	x	x	x	x	x	x	-	x	-	x	-
	Projeção de Poder	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	-
	Presença Naval	x	x	x	-	-	-	-	x	x	-	x
	Deterrência (Nuclear ou Convencional) (Estratégia ou Subestratégia)	-	-	-	-	x	-	x	x	-	x	x
Tarefas ****	Negação do Uso do Mar	x	x	x	-	-	-	-	-	-	-	-
	Esquadra em Potência	-	-	x	-	-	-	-	-	-	-	-
	Interdição e Ataque Marítimo (Ataque a Forças Navais)	x	x	x	-	-	-	-	-	-	x	-
	Defesa de Costa (em Camadas)	x	x	-	x	x	-	x	x	-	-	x
	Proteção do Tráfego Marítimo (Segurança Marítima – Controle Naval – Plataforma de Petróleo e Gás) (Transporte Marítimo)	x	x	-	x	-	-	-	x	x	x	-
	Apoio a Operações em Terra e no Ar	x	x	-	-	-	-	-	-	-	x	-
	Busca e Salvamento	x	x	x	x	-	-	-	-	x	x	-
	Assistência a Forças Estrangeiras Aliadas (Contribuição à Confiança Mútua – Co-operação)	x	x	x	x	-	-	-	x	-	x	-
	Assistência Humanitária e Resposta a Desastres	x	x	x	x	-	-	-	x	-	x	-

(CONTINUA)

PAÍS MARINHA		ÁFRICA DO SUL	AUSTRÁLIA	CANADÁ	CHILE	COREIA DO SUL	ESPANHA	FRANÇA	ÍNDIA	PORTUGAL	REINO UNIDO	RÚSSIA
Tarefas ****	Diplomacia Naval (Preventiva) (Uso Simbólico)	-	x	x	-	-	-	x	-	x	-	-
	Sanções, Embargos e Quarentena	x	x	-	x	-	-	-	-	-	x	-
	Proteção da Soberania Marítima	-	-	x	-	x	-	-	-	-	-	x
	Intervenção	-	-	-	-	-	-	x	-	-	-	-
	Manutenção da Boa Ordem no Mar (Operações Contra Ameaças Assimétricas – Operações Marítimas de Baixa Intensidade – Antipirataria – Contranarcotráfico) (Ações de Estado no Mar) (Aplicação da Lei contra Delitos) (Vigilância, Fiscalização e Policiamento) (Prevenção e Combate à Poluição do Mar) (Plataforma de Petróleo e Gás)	x	x	-	x	-	-	x	x	x	x	-
	Coerção	x	x	x	x	-	-	-	x	-	x	-
	Vigilância e Coleta de Inteligência	x	x	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Cobertura	x	x	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Operações de Força Avançada	x	x	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Contenção e Despistamento	x	x	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Operações de Barreira (Bloqueio)	x	x	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Assistência à Comunidade Civil (Estados de Exceção e Proteção Civil) (Cooperação Civil-Militar)	x	x	x	-	-	-	-	-	x	-	-
	Proteção e Gerência de Recursos e do Meio Ambiente (Segurança das Atividades Econômicas Marítimas, Proteção da Pesca) (Gerência de Oceanos) (Promoção de Interesses Nacionais Marítimos)	x	x	x	x	x	-	x	-	-	x	x
	Contribuição para a Paz (manutenção, imposição, construção)	x	x	x	x	x	-	-	x	-	x	x
	Desdobramento Preventivo	-	-	x	x	-	-	-	-	-	-	-
	Operação de Evacuação de Não Combatentes	x	x	x	x	-	-	-	x	x	x	-
	Consolidação de Políticas Especiais de Estado	-	-	-	x	-	-	-	-	-	-	-
	Apoio à Antártica	-	-	-	x	-	-	-	-	-	-	-
Alerta de Tsunamis	-	-	-	x	-	-	-	-	-	-	-	
Apoio a Áreas Isoladas e Ilhas	-	-	-	x	-	-	-	-	-	-	-	

(CONTINUA)

PAÍS MARINHA		ÁFRICA DO SUL	AUSTRÁLIA	CANADÁ	CHILE	COREIA DO SUL	ESPANHA	FRANÇA	ÍNDIA	PORTUGAL	REINO UNIDO	RÚSSIA
Tarefas ****	Desenvolvimento da Indústria Naval (Fomento Econômico)	-	-	-	x	-	-	-	-	x	-	x
	Proteção da Identidade e Cultura Nacional (Mentalidade Marítima)	-	-	-	x	-	-	-	x	x	-	-
	Prevenção de Conflitos (Antecipação e Conhecimento)	-	-	-	-	-	-	x	-	-	x	-
	Pesquisa Hidrográfica (Investigação Científica)	-	-	-	-	-	-	-	x	x	x	-
	Defesa militar própria e autônoma	-	-	-	-	-	-	-	-	x	-	-
	Defesa coletiva e expedicionária	-	-	-	-	-	-	-	-	x	-	-
	Assistência a Refugiados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	x	-
	Descarte de Artefatos Bélicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	x	-

Fonte: ÁFRICA DO SUL, 2006; AUSTRÁLIA, 2010; CANADÁ, 2001; CHILE, 2009; COREIA DO SUL, 2008; ESPANHA, 2000; FRANÇA, 2011; BAUZON, 2010; ÍNDIA, 2007; PORTUGAL, 2010b; REINO UNIDO, 2004; RÚSSIA, 2011

Nota: (*) Esta linha apresenta as Marinhas cujas doutrinas marítimas foram influenciadas pelos estrategistas navais britânicos Booth e Grove.

(**) Funções do Poder Naval nos moldes concebidos por Booth e Grove ou com adaptações introduzidas pelas doutrinas dos países.

(***) Missões do Poder Naval nos moldes concebidos pelo Almirante Turner.

(****) Tarefas do Poder Naval consideradas pelas Marinhas; não devem ser confundidas com Operações ou Ações de Guerra Naval.

📁 CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<FORÇAS ARMADAS>; Operação naval; Política nacional; Poder nacional; Constituição; Poder marítimo; Poder naval; Marinha do Brasil; Marinha dos EUA; Marinha da Inglaterra; Marinha;

REFERÊNCIAS

- ÁFRICA DO SUL. South Africa Navy. Maritime doctrine for the SA navy (SANGP 100). Pretoria: 2006. Disponível em: <http://www.navy.mil.za/SANGP100/SANGP100_CH03.pdf>. Acesso em 07 jun. 2011.
- ALVES, Leonardo Ramalho Rodrigues. “O arquipélago Brasil e a manobra estratégica em linhas interiores: uma proposta estratégica militar baseada em especulações geopolíticas”. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro: Bibliex, v. 110, nº 799, pag 26-44, maio/ago. 2004.
- AUSTRÁLIA. Royal Australian Navy. Australian maritime doctrine: RAN Doctrine 1. 2. ed. Canberra: Sea Power Centre, 2010. Disponível em: <http://www.navy.gov.au/w/images/Amd2010_prelim.pdf>. Acesso em 07 jun. 2011.
- BOOTH, Ken. *Navies and Foreign Policy*. Londres: Croom Helm, 1977.
- BRASIL. Comando da Marinha. Plano de Equipamento e Articulação da Marinha do Brasil. Brasília, D.F., 2009.
- BRASIL. Decreto nº 1.530, de 22 de junho de 1995. Dispõe sobre a entrada em vigor da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, concluída em Montego Bay, em 10 de dezembro de 1992. Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/dai/m_1530_1995.htm>. Acesso em 25 mar. 2011.
- _____. Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005. Aprova a Política de Defesa Nacional, dá outras providências. Brasília, D.F., 2005b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5484.htm>. Acesso em 25 mar. 2011.
- _____. Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008. Aprova a Estratégia Nacional de Defesa. Brasília, D.F., 2008.
- BRASIL. Estado-Maior da Armada. Publicação EMA-305. Doutrina Básica da Marinha – DBM. 1ª Rev. Brasília, D.F., 2004.
- BRASIL. Ministério da Defesa. Publicação MD35-G-01. Glossário das Forças Armadas. Brasília, D.F., 2007b.
- _____. Publicação MD51-M-04. Doutrina militar de Defesa. Brasília, D.F., 2007c.
- BRASIL. Ministério da Marinha. Diretrizes Setoriais. Brasília, D.F., 1976.
- _____. Doutrina Básica da Marinha – DBM. Brasília, D.F., 1979a.
- _____. Doutrina Básica da Marinha – DBM. Brasília, D.F., 1981.
- _____. Doutrina Básica da Marinha – DBM. Brasília, D.F., 1983.
- _____. Doutrina Básica da Marinha – DBM. Brasília, D.F., 1997.
- _____. Minuta de Políticas e Diretrizes Básicas do Ministério da Marinha. Brasília, D.F., 1971.
- _____. Políticas Básicas. Brasília, D.F., 1975.
- _____. Políticas Básicas e Diretrizes. Brasília, D.F., 1977.
- _____. Políticas Básicas e Diretrizes. Brasília, D.F., 1979b.
- CABLE, James. *Gunboat Diplomacy: political applications of limited naval force*. New York; Washington: Praeger, 1971.
- CANADÁ. National Defence Headquarters. Leadmark: the navy’s strategy for 2020. Ontario: Directorate of Maritime Strategy, 2001. Disponível em: <http://www.navy.dnd.ca/leadmark/pdf/ENG_LEADMARK_FULL_72DPI.PDF>. Acesso em 07 jul. 2011.
- CARNEIRO. Antonio Carlos Frade. “O comando do 9º Distrito Naval. Palestra ministrada para o Curso de Política e Estratégia Marítimas da Escola de Guerra Naval. Rio de Janeiro, 28 jun. 2011.
- CARTER, Ashton B.; PERRY, William J.; STEINBRUNER, John D. *A New Concept of Cooperative Security*. Washington, D.C.: The Brookings Institution, 1992.
- CHILE. Armada de Chile. Doutrina Marítima: el Poder Marítimo Nacional. Valparaíso: 2009. Disponível em: <http://www.armada.cl/prontus_armada/site/artic/20091020/asocfile/20091020181103/doctrina_maritima.pdf>. Acesso em 07 abr. 2011.
- CORBETT, Julian Stafford. *Principles of maritime strategy*. Mineola: Dover Publications, 2004.
- COREIA DO SUL. The Ministry of National Defense. Defense white paper. Seoul: 2008. Disponível em: <http://merln.ndu.edu/whitepapers/SouthKorea_English2008.pdf>. Acesso em 07 jun. 2011.

- COREIA DO SUL. “Republic of Korea Navy”. Rio de Janeiro. 2011. Palestra proferida na Escola de Guerra Naval.
- COUTAU-BÉGARIE, Hervé. *Tratado de Estratégia*. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2010.
- ESPANHA. Ministerio de Defensa. Defence White Paper. Madrid: 2000. Disponível em: <http://merln.ndu.edu/whitepapers/Spain_English2000.pdf>. Acesso em 07 jun. 2011.
- EUA. Department of Defense. Joint Publication 3-27. Homeland defense. Washington, D.C., 2007a.
- _____. Joint Publication (Draft). Joint Operational Access Concept. Washington, D.C., 2011a. No prelo.
- _____. The National Military Strategy of the United States of America: redefining America’s military leadership. Washington, D.C., 2011b.
- EUA. Department of Defense and Homeland Security. The National Strategy for Maritime Security. Washington, D.C., 2005.
- EUA. Department of the Navy. A cooperative strategy for 21st century seapower. Washington, D.C., 2007b.
- _____. ... From the sea: preparing the naval service for the 21st century. Washington, D.C., 1992.
- _____. Forward ... From the sea. Washington, D.C., 1994a.
- _____. Naval Doctrinal Publication (NDP-1). Washington, D.C., 1994b.
- _____. Naval Doctrinal Publication (NDP-1). Washington, D.C., 2010a.
- _____. Naval operations concept: implementing the maritime strategy. Washington, D.C., 2010b.
- _____. Sea Power 21. Washington, D.C., 2002.
- EUA. Headquarters Marine Corps. Warfighting (MCDP-1). Washington, D.C., 1997.
- _____. “Operational access and the global commons”. Palestra ministrada no Marine Corps Combat Development Command. Quantico, 29 out. 2010c.
- FLORES, Mario Cesar; VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. *Desenvolvimento do poder naval brasileiro: tópicos para debate*. Brasília, D.F. 1976.
- FRANÇA. Ministry of Defense. French Navy Missions. Disponível em: <<http://www.defense.gouv.fr/english/navy/missions2>>. Acesso em 07 jun. 2011.
- GROVE, Eric. The future of sea power. Annapolis: Naval Institute Press, 1990.
- GUIMARÃES CARVALHO, Roberto de. “Amazônia Azul: uma outra Amazônia, ignorada por boa parte dos brasileiros”. *Revista do Clube Naval*. Rio de Janeiro, n. 329, p. 12-13, jan./fev./mar. 2004.
- HATTENDORF, John B. “The evolution of the U.S. Navy’s maritime strategy”, 1977–1986. *Newport Papers*. Newport: Naval War College Press, 2004.
- _____. “U.S. naval strategy in the 1990s: selected documents”. *Newport Papers*. Newport: Naval War College Press, 2006.
- HATTENDORF, John B. (Ed.). “U.S. naval strategy in the 1970s: selected documents”. *Newport Papers*. Newport: Naval War College Press, 2007.
- HATTENDORF, John B.; SWARTZ, Peter M. (Ed.). “U.S. naval strategy in the 1980s: selected documents”. *Newport Papers*. Newport: Naval War College Press, 2008.
- HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. 1 CD-ROM.
- HUGHES Jr., Capt. Wayne P. *Fleet tactics and coastal combat*. 2. ed. rev. Annapolis: Naval Institute Press, 2000.
- ÍNDIA. Ministry of Defence. India’s maritime military strategy: freedom to use the seas. Nova Deli: Integrated Headquarters Ministry of Defence (Navy), 2007. Disponível em: <http://indiannavy.nic.in/maritime_strat.pdf>. Acesso em 07 jun. 2011.
- KEARSLEY, Harold J. *Maritime power and the twenty-first century*. Aldershot: Dartmouth, 1992.
- MONTEIRO. Alvaro Augusto Dias. “A próxima singradura”. *O Anfíbio*, Rio de Janeiro, ed. extra, ano XXIX, p. 9-65, out. 2010a.
- _____. “O Emprego do Poder Naval na Defesa da Amazônia Azul”. Palestra ministrada no Seminário Amazônia Azul. Rio de Janeiro: Escola Naval, 15 out. 2010b.

- MONTEIRO, Nuno Sardinha; MOURINHA, António Anjinho. “Marinha de Duplo Uso: Um conceito pós-moderno de utilização do poder marítimo”. *Jornal Defesa e Relações Internacionais*. Lisboa: Fev., 2011. Disponível em: <http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view_txt.asp?id=865>. Acesso em 21 jun. 2011.
- MOURA NETO, Julio Soares de. “Defendendo o pré-sal”. In: JOBIM, N.A.; ETCHEGOYEN, S. W., ALSINA, J. P. *Segurança internacional: perspectivas brasileiras*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.
- ÖBERG, Elis Treidler. “O Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul”. Palestra ministrada no Seminário Amazônia Azul. Rio de Janeiro: Escola Naval, 14 out. 2010.
- PORTUGAL. Grupo de Estudos e Reflexão Estratégica. *Estratégia naval portuguesa: o processo, o contexto e o conteúdo*. Lisboa: Edições Culturais da Marinha, 2010b.
- REINO UNIDO. Royal Navy. *British maritime doctrine: BR 1806*. 2. ed. Londres: The stationary office, 1999.
- _____. *British maritime doctrine: BR 1806*. 3. ed. Londres: TSO, 2004.
- _____. *The fundamentals of british maritime doctrine: BR 1806*. Londres: HMSO, 1995.
- REIS, Reginaldo Gomes Garcia dos. “A Terra controlada da Terra ou a quarta dimensão estratégica: uma continuação da geopolítica?” *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 130, n. 04/06, p. 43-62, abr./jun. 2010.
- RIBAS M., Jair Alberto. “O Brasil além das 200 milhas”. Palestra ministrada para o Curso de Política e Estratégia Marítimas da Escola de Guerra Naval. Rio de Janeiro, 04 mai. 2011.
- RÚSSIA. Ministry of Defence of the Russian Federation. Navy. Disponível em: <<http://eng.mil.ru/en/structure/forces/navy.htm>>. Acesso em 21 jun. 2011.
- SUMIDA, Jon Tetsuro. *Inventing grand strategy and teaching command: the classic works of Alfred Thayer Mahan reconsidered*. Washington, D.C.: The Woodrow Wilson Center Press, 1997.
- SWARTZ, Peter M.; DUGGAN, Karin. *U.S. Navy capstone strategies & concepts (1970-2009): with context & insights for the U.S. Navy of 2009 & beyond*. Alexandria: CNA’s Center for Naval Analyses, Feb. 2009.
- TILL, Geoffrey. *Seapower: A guide for the Twenty-First Century*. 2. ed. Londres: Frank Cass Publishers, 2009.
- TOL, Jan Van. et al. *AirSea Battle: a point-of-departure operational concept*. Washington, D.C.: Center for Strategic and Budgetary Assessments, 2010. Disponível em: <<http://www.csbaonline.org/publications/2010/05/airsea-battle-concept/>>. Acesso em 23 jul. 2011.
- TURNER, Stansfield. “Missions of the U.S. Navy”. *Naval War College Review*. Newport: Naval War College Press, p. 2-17, Mar./Apr. 1974.
- VEGO, Milan. “AirSea Battle Must Not Work Alone”. *Proceedings Magazine*, Annapolis, vol. 137/7/1, Jul. 2011. Disponível em: <<http://www.usni.org/magazines/proceedings/2011-07/airsea-battle-must-not-work-alone>>. Acesso em 24 jul. 2011.
- VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. *A evolução do pensamento estratégico naval brasileiro*. 3. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1985.
- _____. *A evolução do pensamento estratégico naval brasileiro: meados da década de 70 até os dias atuais*. Rio de Janeiro: Ed. do Autor, Clube Naval, 2002.
- VIDIGAL. et al. *Amazônia Azul: o mar que nos pertence*. Rio de Janeiro: Record, 2006.